

Corpo-Território e Saúde do Trabalhador: educação das relações étnico-raciais no ensino de Fisioterapia e Sociologia

Fernanda Flávia Cockell^{1*}  Denise da Costa Di Bartolo^{2*} 

¹Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

²Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro- Brasil

*Autor de correspondência: cockellfernanda@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Corpo-Território
Educação para Relações
Étnico-Raciais
Metodologia qualitativa
Racismo
Saúde do Trabalhador

KEYWORDS:

Body-Territory
Education for Ethnic-
Racial Relations
Qualitative Methodology
Racism
Worker's Health

PALABRAS-CLAVE:

Cuerpo-Territorio
Educación para las
Relaciones Étnico-
Raciales
Metodología cualitativa
Racismo
Salud del Trabajador

RESUMO

Este artigo discute a inserção da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) na formação em Saúde do Trabalhador (ST), abordando estratégias didático-pedagógicas que desafiam o epistemicídio de saberes no ensino superior. O propósito é investigar e refletir sobre caminhos e desafios para abordar as relações de corpo-território e território-corpo para além das discussões teóricas do espaço de sala de aula. Através de metodologia não extrativista, discentes de fisioterapia e ciências sociais de quatro instituições de ensino superior foram estimulados a compreender através das confluências de saber formas de (re)existência dos trabalhadores e as precariedades estruturais vivenciadas. Os resultados indicam que tais estratégias fortalecem o papel social da universidade, formando profissionais comprometidos com justiça social, preparados para promover práticas antirracistas na educação e na saúde.

ABSTRACT

This article discusses the integration of Education for Ethnic-Racial Relations (ERER) in worker's health classes approaching pedagogical-didactic strategies that could challenge the epistemicide of knowledge in higher education. Its purpose is to investigate and reflect about challenges and ways of bringing the relationship between body-territory and territory-body beyond the limits of classroom theoretical issues. Through a non-extractive methodology, physiotherapy and social science students from four public higher education institutions were encouraged to understand, through the confluence of different forms of knowledge, ways of (re)existence of workers and the structural hardships faced by them. The results indicate that such strategies strengthen the social role of the university, graduating professionals committed to social justice and able to promote antiracist practices in education and health.

RESUMEN

Este artículo discute la inserción de la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales en la formación en Salud del Trabajador, abordando estrategias didáctico-pedagógicas que desafían el epistemicidio de saberes en la educación superior. El propósito es investigar y reflexionar sobre los caminos y desafíos para abordar las relaciones de cuerpo-territorio y territorio-cuerpo más allá de las discusiones teóricas del espacio del aula. A través de metodologías no extractivas, estudiantes de fisioterapia y ciencias sociales de cuatro instituciones de educación superior fueron estimulados a comprender, a través de la confluencia de saberes, las formas de (re)existencia de los trabajadores y las precariedades estructurales vividas. Los resultados indican que estas estrategias fortalecen el papel social de la universidad, formando profesionales comprometidos con la justicia social, preparados para promover prácticas antirracistas en la educación y en la salud.

1. Introdução

A Saúde do Trabalhador (ST) é um campo de práticas e de conhecimentos interdisciplinares, multiprofissionais e interinstitucionais, voltados para analisar e intervir nas relações de trabalho adoecedoras e seus agravos (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997). No Brasil, incorporou os referenciais da sociologia, tendo como centralidade os “processos de trabalho” na compreensão dos condicionantes saúde-doença (GOMEZ; VASCONCELOS; MACHADO, 2018).

A ST é fortemente influenciada pela construção do “*Homo modernus*”, dentro de referenciais eurocêntricos e coloniais, apagando do campo da prática e do conhecimento a “força política da questão racial na sociedade contemporânea” (DA SILVA, 2022) e do colonialismo (DOS SANTOS, 2019). As produções científicas seguem não priorizando a raça em suas análises (HENNINGTON; SANTOS; PASCHE, 2024).

Mesmo no período pós-colonial, os estudos focaram nos movimentos operários, sendo raras as pesquisas que olhavam para o racismo genderizado no trabalho, o que vem sendo modificado na última década. Embora as pesquisas sobre gênero mostrassem outras formas de opressão e interseccionalidades, desconsideravam, por exemplo, que trabalhadoras negras não lutavam pelo direito ao trabalho, sendo as mais exploradas desde o tráfico de pessoas em África e as principais cuidadoras ainda nos dias de hoje (DAVIS, 2016).

Enquanto mercadoria, a saúde dos escravizados foi negligenciada pelos historiadores (DE LIMA; DE OLIVEIRA; DOS SANTOS, 2016). Na atualidade, além das dificuldades de acesso e qualidade do cuidado de saúde prestado (BARBOSA; OLIVEIRA; CORRÊA, 2023), há evidências de que o racismo influencia as percepções dos profissionais de saúde e pesquisadores sobre suas doenças (PIEDEDE, 2017), doenças e subjetividades.

A academia é formada pelo “eu transparente”, sujeito universal pós-iluminista (DA SILVA, 2002). Embora intelectuais negros brasileiros discutam há décadas os impactos do colonialismo e escravidão para o trabalho, o “eu afetável” (DA SILVA, 2022) é silenciado. Observa-se o “paradigma da ausência”, pois as produções sobre os mundos do trabalho não incluíam o componente cor dos trabalhadores nem dos pesquisadores (NASCIMENTO, 2016, p. 608).

2. Mosaicos de ensino e aprendizagem

Este artigo descreve uma abordagem teórico-metodológica de ensino e a aprendizagem em ST, a partir da aproximação do campo com os métodos e ferramentas decoloniais não extrativistas¹. A proposta é analisar e refletir sobre as experiências de duas docentes negras e os desafios em trazer o corpo-território para o debate em sala de aula, expandindo as vivências para além da universidade e aproximando-os dos territórios e locais de trabalho.

Quanto aos procedimentos, o estudo caracteriza-se como uma *escrevivência*² (EVARISTO, 2017), opção de “desobediência epistêmica” (MIGNOLO; WALSH, 2018), ferramenta metodológica na produção de conhecimento (SOARES; MACHADO, 2017). Foram utilizados como dados secundários as ementas, os diários de classe, os conteúdos programáticos e os trabalhos de pesquisa-ação desenvolvidos pelos discentes com trabalhadores informais, autônomos, servidores municipais (cozinheiras, jardineiros, professoras, cuidadores, etc.) e familiares (COCKELL *et al.*, 2021a). No Quadro 01, é possível analisar os módulos de ST ofertados e suas singularidades.

¹ O artigo não contou com financiamento. Mas, faz parte de uma pesquisa guarda-chuva.

² Uma *escrevivência* em duas mãos, na segunda pessoa do plural. São anos de palavras germinantes, que são vivas e possuem trajetórias “início, meio e início” (DORNELES, 2021).

Quadro 1: Análise descritiva do perfil dos módulos ofertados em ST.

	UF1-UFSCar	UF2-Unifesp	UF2-Unifesp	IF-IFRJ	UF3-UFMG
Módulo	Trabalho Saúde e Vulnerabilidades	Estagio Supervisionado em Fisioterapia na Saúde do Trabalhador	Fisioterapia na Saúde do Trabalhador	Fisioterapia do Trabalho	do Trabalho Saúde e Vulnerabilizados: uma abordagem sociológica
Curso	Bacharelado em Ciências Sociais	Bacharelado em fisioterapia	Bacharelado em Fisioterapia	Bacharelado em Fisioterapia	Bacharelado/ Licenciatura em Ciências Sociais
Período	2009-2010	2010 [¥] -2021 [€]	2015-2021 [€]	2021-23 [€]	2024-2025
Semestres (nº)	02	21	07	04	02
Oferta	Optativa	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória	Optativa
Tipo	Teórica-prática	Prática	Teórica-prática	Teórica-prática	Teórica-prática
Professora	Fernanda Cockell	Fernanda Cockell	Fernanda Cockell	Denise Costa	Fernanda Cockell
Cursantes (nº)	24	506	350	96	18
Carga horária	60 horas	210 horas [‡]	40 horas ^{&}	40 horas	60 horas
Períodos	Variável	9º e 10º períodos	6º período	5º período	Variável
Caso(s) acompanhado(s)	Trabalhador do ciclo familiar	Trabalhadores municipais-categoria	Trabalhadores informais, autônomos e do ciclo familiar [€]	Trabalhadores formais, informais, autônomos e do ciclo familiar [€]	Trabalhador do ciclo familiar

Fonte: elaboração própria a partir dos diários de classe.

Legendas: nº número; * Média de vagas preenchidas; ¥ Em 2010, a autora coordena estágio a partir de outubro; € No período da pandemia por covid 19, as aulas aconteceram de forma remota, com uso de tecnologias da informação e com trabalhadores do ciclo familiar; ‡ Os grupos de estágio passavam por um rodízio a cada 7 semanas em média, com 8 inscritos por rodada. & Em 2015, o módulo tinha 60 horas e foi reduzida para 40 horas pelo colegiado no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC).

Com o início da política de ações afirmativas, o perfil das instituições de ensino superior tornou-se mais diverso, incluindo o “eu afetável”, como populações negras, quilombolas, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e periféricas. Sujeitos até então pouco presentes na universidade passam a se organizar e a ingressar na pós-graduação, questionando ações concretas para romper com a necropolítica no ensino e na assistência à saúde (MBEMBE, 2018).

Embora as universidades públicas tenham se tornado mais plurais e diversas, seguimos distantes da prática e da vivência contracolonial. Ainda reproduzimos em sala de aula o epistemicídio de saberes, não trazendo a multiplicidade do pensar, agir e sentir. Para não perpetuar o racismo na formação em ST, foi preciso pensar estratégias para introduzir a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), ampliando outras cosmopercepções na formação. Passados 20 anos da lei 10.639, a ERER é pouco presente e quando é ofertada segue como tema transversal, não sendo devidamente aprofundada.

3. Fisioterapia: o território como o lugar da transformação

Conforme observado no Quadro 01, tanto o estágio como o módulo de ST são obrigatórios para os graduandos de fisioterapia, rompendo com a perspectiva biomédica das práticas higienistas/normalizadoras comuns na formação. A profissão enfrenta desafios para incorporar a equidade, a valorização das diversidades e o respeito às escolhas individuais, avançando lentamente em ações concretas para o enfrentamento das iniquidades estruturais em seus processos formativos e práticas profissionais (COCKELL *et al.*, 2021b). O racismo não aparece no debate da profissão, sendo ignorando como elemento constitutivo de discriminações múltiplas (MBEMBE, 2018).

O atendimento ambulatorial ou hospitalar à saúde muitas vezes ignora fatores físicos, ambientais e organizacionais relacionados à profissão interferindo na saúde e bem viver dos assistidos (ACOSTA, 2019), reduzindo os cuidados e as queixas a fatores físicos e ao tratamento somente dos “corpos doentes”, sem considerar fatores psicossociais, territoriais e ambientais relacionados ao trabalho como causadores/potencializadores de quadros clínicos. Logo, um dos objetivos da educação em ST deve ser orientar e intervir para quebra de barreiras e

construção de facilitadores e de ações que passem por políticas públicas capazes de reduzir a tríplice segregação socioespacial, étnico-racial e urbana. Em se tratando de sujeitos pretos retintos, um enfrentamento constante em atendimento fisioterapêutico se relaciona à falta de condições salutaras para o trabalho, com pouca margem de regulação da carga de trabalho, tempo de descanso insuficiente desses corpos, que muitas vezes fazem jornada dupla/tripla, escala 6x1 e enfrentam barreiras ambientais como grandes deslocamentos urbanos até o trabalho, muitas vezes em transportes públicos que não oferecem conforto e aumentam o período de exposição a situações penosas.

Tais aspectos são muitas vezes ignorados pelos profissionais da área da saúde, que restringem seus olhares às questões físicas e se rendem às crenças de que o trabalhador busca a doença como forma de se afastar do trabalho, quando muitas vezes não consegue cuidar da própria saúde, desconsidera ou esconde sintomas pelo temor da perda de sua renda e mesmo quando tenta falar de suas dores, não as tem reconhecidas como laborais e sim como sinal de mero desequilíbrio emocional ou fraqueza física, como se seus corpos, a maioria de negros em nosso país, devessem estar sempre prontos e resistentes a toda sobrecarga física imposta. Por vezes, esses sujeitos são considerados pelos profissionais de saúde e pelos empregadores/gestores como corpos descartáveis, com dores invisíveis, peças/objetos intercambiáveis ou corpos fortes preparados.

Autoras e autores negros, indígenas e contracoloniais foram introduzidos nas ementas trazendo confluências afropindorâmicas para sala de aula, afirmando a importância das culturas e de suas contribuições para a compreensão dos povos brasileiros e sentidos sobre o trabalho. Segundo Nêgo Bispo, são saberes cosmológicos que são orgânicos e não sintéticos, pois são “saberes que nos envolvem a partir do ser” (DORNELES, 2021, p. 16) e não do ter. Diante da “presença da ausência” do tema nos PPC dos cursos, o processo de aprendizagem não pode se restringir apenas à mudança nos textos teóricos.

Em todos os módulos de fisioterapia apresentados no Quadro 01, os discentes tinham que desenvolver um projeto-ação, aproximando-se de trabalhador que desejasse o encontro. A partir de metodologias não extrativistas, eram incentivados a conhecer trajetórias de vida e de trabalho e pensarem conjuntamente estratégias de cuidado, formas de acessar as redes de apoio e serviços, os direitos

existentes e caminhos para alcançá-los. O projeto precisava colaborar com o trabalhador para que ele(a) conseguisse pensar práticas exequíveis de redução de danos diante da inação do Estado e da precarização vivenciada. Ou seja, todas as possibilidades construídas precisavam ser primeiramente reconhecidas como válidas para o trabalhador.

No módulo prático, as demandas do estágio vinham dos coletivos de trabalhadores, que através de denúncias ao ministério público do trabalho ou de reclamações aos gestores, eram incluídos na proposta de uma pesquisa-ação que permitisse pensar coletivamente como reduzir as cargas laborais e construir ambientes laborais menos degradantes. Por ser uma parceria da universidade com a prefeitura, os estagiários de fisioterapia viviam o cotidiano do serviço de medicina do trabalho e segurança do trabalho, atuando de forma transdisciplinar no comitê de ergonomia, tendo a oportunidade de ver mudanças reais serem efetivadas e políticas públicas construídas. Também testemunhavam de perto o descaso com a saúde dos trabalhadores (COCKELL *et al.*, 2021a).

Algo interessante ocorreu na sindemia (COCKELL *et al.*, 2021b). Por conta da restrição do campo, os discentes, muitos deles cotistas, graças às políticas atuais, analisaram seus próprios familiares. Olharam para os saberes desses familiares mesmo diante de situações de precariedade, como forma de amenizar as questões físicas, e ao mesmo tempo as limitações impostas pelos trabalhos informais quanto à manutenção de seus corpos, lançando discussões importantes sobre trabalho informal e precarização dessas estruturas. O debate mostrou os vieses que os separavam muitas vezes dos discentes brancos, cujas famílias encontravam-se em situações de trabalho menos precárias. O olhar para si, para sua família e para a comunidade próxima, abriu a discussão sobre a precarização e a necessidade de práticas extensionistas para que se conseguisse alcançar trabalhadores informais, autônomos ou por conta própria (COCKELL *et al.*, 2021a).

4. Ensino de Sociologia: aproximações dos corpos diversos e plurais

Embora a sociologia esteja no arcabouço teórico e epistemológico da construção da área, as turmas ofertadas são optativas, não fazendo parte do PPC do curso de ciências sociais. Mesmo nos cursos que abordam a sociologia do

trabalho, o debate gira em torno da discussão dos impactos da industrialização, neoliberalismo e da urbanização. Porém, desde a Revolução Industrial, são os sujeitos negros que financiam o capitalismo e os processos de expansão territorial sendo “nodais para a lógica capitalista” (ASSIS, 2014, p. 613).

Nas turmas de ciências sociais apresentadas no Quadro 1, o contato com os trabalhadores vem sendo focado na construção de histórias de vida e trabalho. O objetivo é conhecer as diversidades e múltiplos sentidos do trabalho. Ainda que não construam um projeto de pesquisa-ação, observa-se a potência do encontro para ambos os lados. Tanto para o discente que passa a compreender o trabalho para além da teoria, trazendo o corpo de volta para o debate, como para o trabalhador do ciclo familiar que vê sua trajetória valorizada. Em muitos casos, observamos a importância dessa confluência de saberes, através de áudios ou vídeos dos familiares entrevistados emocionados por terem suas trajetórias reconhecidas, por poderem desabafar e ressignificar suas dores ou por mostrarem a importância do trabalho em suas vidas.

Os relatos dos discentes na apresentação final da atividade mostram que desconheciam as lutas, vivências e trajetórias antes de fazerem a atividade proposta e como conseguem mudar suas perspectivas. Experiências que permitem redesenhar o lugar do cientista social na sociedade, na luta pelos direitos à saúde e no reconhecimento de outras formas de existir e de confluir. Trouxemos o corpo de volta para a formação, rompendo com a separação corpo-mente/corpo-espírito, comuns nos fazeres-saberes diaspóricos.

5. Corpo-território e território-corpo: uma aproximação em ST

Pensar o corpo-território e o território-corpo como estratégia metodológica para o processo de ensino e aprendizagem em ST é uma possibilidade de ruptura face ao ensino bancário e eurocêntrico (MIRANDA, 2020; hooks, 2013). Significa compreender narrativas pautadas a partir da terra, da natureza, do nosso lugar no mundo, da esfera do vivido, do espaço laboral e dos lugares de mobilidade.

Se na fisioterapia o foco está no corpo, na sociologia o foco estaria nas relações sociais. As dicotomias e disciplinarização do saber limitam o pensamento e dificultam a criação de novas ideias e propostas. Ao trazer para a educação e

para o cuidado em saúde (COCKELL *et al.*, 2021b), tanto o corpo como território de experiências e aprendizagens, bem como o território/terra como corpo vivo (HAESBAERT, 2020; MIRANDA, 2020), não estamos abordando mais uma dicotomia, pelo contrário, estamos falando de confluências (DOS SANTOS, 2023), pois é uma “perspectiva relacional, ora privilegiando a direção que vai do corpo território à terra, ora da terra-território ao corpo” (HAESBAERT, 2020, p. 82).

Além de conhecerem outras subjetividades, o contato fora do espaço da universidade é uma forma inventiva de colocar os sujeitos no espaço, o único caminho potente para combater estereótipos e preconceitos presentes nos currículos, pois, impulsiona os discentes a olharem os sentidos do trabalho pela lente de quem trabalha e nem sempre vê “o trabalho pesado” como precarizado ou alienado, pelo contrário, pode ser o lugar de sua construção da masculinidade, do acesso ao consumo, da continuidade do sentido de existência após a aposentadoria, de tradição familiar/comunitária ou de um espaço de formação de identidade (PERTICARRARI, 2007).

Profissionais em formação carecem de experiências múltiplas e vivências práticas capazes de aproximá-los do “saber do corpo” de quem trabalha, vive o território diariamente, dos corpos marcados pelo racismo, de subjetividades latentes “no corpo-território-oprimido” (MIRANDA, 2020, p. 8). São os atravessamentos das experiências, entre discentes e trabalhadores, discentes e docentes, docentes e trabalhadores que permitem alcançar outras corporalidades, expandir concepções de mundo, uma “desterritorialização das suas experiências” (MIRANDA, 2020, p. 20).

A educação como prática da liberdade (hooks, 2013) foi o caminho possível, nossa trajetória na educação como corpo-território-docente (MIRANDA, 2020). Um processo político e insurgente para contribuir com diálogo e com a prática em um campo vivo/real, compreendendo que a saúde ou a doença, assim como os sentidos de bem viver, bem como vulnerabilização de alguns mais do que de outros, passam pelo corpo de quem trabalha e pelo(s) lugar(es) compartilhado(s) entre eles e suas formas individuais e coletivas de (re)existir.

É na confluência que os discentes passam a internalizar como as teorias ainda possuem “caráter fragmentado de rótulos que segregam”, pois “o racismo, a homofobia, a transfobia, a xenofobia, o capacitismo são espécies de discursos

de ódio” que se perpetuam a partir da construção e legitimação de “um ser universal, parâmetro de exatidão de como se deve viver, definido com base em quem tem o poder de definir” (SANTOS; KABENGELE; MONTEIRO, 2022, p. 168).

No dia a dia, não foi complexo estabelecer as relações entre a ST e os territórios. Não fragmentamos teoria e prática, focamos na transdisciplinaridade, evitando a compartimentação dos saberes. Mas, como não cair no erro de acharmos que vamos “descobrir” ou “ensinar” um(a) trabalhador(a)? Como não culpabilizá-los e responsabilizá-los pelo adoecer e por sua cura?

Embora autores(as) que distinguem o corpo biológico e social sejam abordados nas cátedras, questionamos a lógica e os significados do silenciamento da questão racial e do colonialismo, priorizando as perspectivas eurocêntricas de corpo e de cuidado. Não podemos seguir o debate a partir do sujeito branco racional, autônomo, universal, do sujeito moderno em crise, excluindo outras subjetividades e cosmopercepções de mundo. Quando cuidamos de corpos, cuidamos dos nossos, pois é no encontro que afetamos e nos permitimos sermos afetadas, a partir do toque e do trabalho vivo em ato, de corpos individuais e de corpos coletivos. Diante de tal perspectiva racializada de cuidado, o “corpo é meu território, mas o território é também meu corpo” de saberes, fazeres e querereres (COCKELL *et al.*, 2021b, p. 70).

No Quadro 2, sistematizamos as principais ferramentas metodológicas utilizadas pelos discentes: mapas corporais narrados, mapas afetivos do território, narrativas e escrevivências. Existe um repositório no *moodle*, ampliando ano a ano, com outras ferramentas. Trata-se de um processo de co-labor-ação e co-criação discente, permitindo a escolha de outras metodologias dependendo das singularidades da situação, como árvore da vida, foto-voz, etnografia cartográfica, etc. As exigências são que o trabalhador não seja o objeto de pesquisa e sim sujeito da própria história, que deseje participar e ocorram trocas.

6. Discussão

O debate em ST precisa trazer “a ideia de raça como estruturante do pensamento colonial para a subalternização dos povos colonizados” (DE SOUZA OLIVEIRA; LUCINI, 2021). O Ministério da Saúde reconhece que negros enfrentam

maior dificuldade de acesso, subnotificação, tratamentos inadequados, diagnósticos tardios e maiores índices de morbimortalidade.

Foi necessário incluir no ensino de ST metodologias insurgentes. A escolha da pesquisa-ação permite aproximar futuros profissionais da esfera do vivido (HAESBAERT, 2020), compreendendo as formas de (re)existência e trajetórias inseridas nos corpos tensionados e marcados. A pesquisa-ação permite pensar conjuntamente com o trabalhador ou com os coletivos, possibilidades de mudança e pautas de luta.

Assim como defendido por Nêgo Bispo (2023), não temos dúvida que confluência é “a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passar a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece”. Não é somente valorizar vozes historicamente silenciadas, mas principalmente aprender com perspectivas que desafiam os paradigmas dominantes, outras racionalidades não eurocêntricas. Almejamos a construção do conhecimento a partir do envolvimento, da confluência de saberes, traçando vivências de aprendizado que ultrapassem a leitura e reflexão dos textos teóricos e que contribuam para que a sabedoria dos trabalhadores seja o centro do processo. Transgredimos os limites (ou caixas) que o ensino eurocêntrico constrói para ampliar a compreensão sobre como o entrelaçamento entre duas ou mais opressões causam efeitos políticos, éticos, laborais, estéticos e legais distintos. Caminhos para compreender como alguns são sistematicamente mais vulnerabilizados que outros, pois suas experiências vividas e suas corporalidades colidem diariamente nas estruturas opressoras modernas (AKOTIRENE, 2019).

Foram os indígenas e as mulheres os protagonistas do debate do “corpo-território na América Latina, utilizando como ferramenta de luta” (HAESBAERT, 2020). Célia Xakriabá, ativista indígena e pesquisadora, reafirma a importância do corpo para uma educação territorializada. Para ela: “a sociedade carece de recuperar valores da relação com o espaço corpo-território”. Defende que o território é “um importante elemento que nos alimenta e constitui o nosso ser pessoa no mundo, não sendo possível nos ver apartados do território, pois somos também parte indissociável dele, nosso próprio corpo” (XAKRIABÁ, 2018, p. 80).

Quadro 2: Caracterização das metodologias colaborativas não extrativistas utilizadas no ensino de ST.

	Referencial teórico	Conceituação	Materiais necessários	Descrição da(s) prática(s)	Procedimentos
Mapa Corporal Narrado (MCN)	Gastaldoet al. (2012) e Moreira e Conceição (2020)	O MCN possibilita a construção de narrativas visuais sobre vivências individuais e coletivas corporificadas, conectando tempo e espaço, dando vida às histórias através de relatos orais e visuais.	<ul style="list-style-type: none"> - Materiais básicos: Papel A4 (individual), cartolina ou papel craft (coletivo). - Lápis, canetas coloridas e marcadores. Tinta, giz de cera ou lápis de cor (para ilustrações) - Post-its ou adesivos coloridos. - Giz para desenho no chão - Materiais para expressão criativa: Revistas e jornais (para recortes e colagens) 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenho individual elaborado por um(a) trabalhador(a). - Desenho em tamanho real de um corpo construídos pelo coletivo - Ferramenta de ensino para que os discentes possam primeiramente olharem para seus corpos, diversidades e atravessamentos e conseguirem aplicar a metodologia 	<p>Prática 1: Orientar o trabalhador a desenhar a forma do seu corpo, escolhendo uma postura que representa sua identidade profissional. Reflita sobre suas experiências de trabalho e identifique símbolos e um slogan que expressem sua trajetória e motivação, posicionando-os no mapa corporal com significado. Marque sensações e impactos do trabalho no seu corpo, além de possíveis marcas relacionadas à sua saúde. Finalize adicionando quaisquer detalhes importantes.</p> <p>Prática 2: No caso do desenho coletivo, acrescente estratégias de (re) existência do grupo e marcas comuns.</p>
Mapas Afetivos (MA)	Augusto, Feitosa e Bomfim (2016); Saba (2022)	O MA permite identificar a disposição afetiva, ou mapa afetivo, das pessoas com relação aos lugares que trabalham e vivem através de imagens e representações.	<ul style="list-style-type: none"> - Materiais básicos e de expressão criativa (os mesmos acima) - Fotos impressas (se houver imagens do território) ou digitais. - Recursos digitais (se for um mapa virtual): Google MyMaps (para marcar pontos e anotações no mapa digital) 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenho coletivo do território, trajetórias de ir e vir e/ou ambiente laboral - Maquete do território e/ou ambiente laboral - Mapa bordado 	Por meio de distintas técnicas expressivas – como fotografias, desenhos, poemas e textos sobre o território –, os trabalhadores de forma individual ou coletiva apresentam suas impressões, memórias, experiências e emoções mais imediatas, bem como os cheiros, sons, imagens e sensações, tanto agradáveis quanto desagradáveis, além das potencialidades e fragilidades dos espaços onde vivem, trabalham

			Canva para mapas colaborativos online. -Tecido de algodão e linhas para bordar		ou se locomovem, do valor simbólico do vivido, dos espaços bem viver. Ofereça direções para orientar as ações, sinalizando, por exemplo, a importância da implicação e do cuidado com o lugar, das redes de proteção e dos possíveis parceiros e equipamentos.
Narrativas e/ou escrituras	Silva (2020); Evaristo (2017); Soares e Machado (2017).	- Conhecer as histórias de vida dos trabalhadores, através de relatos orais, para a construção de narrativas - Incentivar a escrita, relatos escritos das experiências vividas, principalmente de pessoas negras e marginalizadas.	- Lápis e papel - Cadernos ou blocos para registros - Gravador de voz/celular - Imagens e objetos pessoais: Fotografias, documentos, objetos do trabalho podem servir como disparadores de memória.	- Construir uma narrativa sobre as histórias de vida e laborais de um trabalhador ou de coletivos. Acrescentar notas descritivas, intensivas e reflexivas do avaliador. - Incentivar a escrita em primeira pessoa de mulheres negras trabalhadoras, para que suas escrituras amplifiquem suas lutas e as ajudem como processo de cuidado.	Prática 1: O registro da história de um trabalhador/ grupo demanda confiança e um espaço para compartilhar suas experiências. Faça perguntas abertas disparadoras. Grave ou anote suas falas sem interromper e, ao escrever, busque preservar seu jeito de falar, respeitando suas expressões e emoções. Além da entrevista, incentive o uso de fotos, objetos ou diários para trazer mais detalhes e memórias à narrativa. Se for em grupo, promova rodas de conversa, estimulando trocas e conexões entre as histórias. Prática 2: Estimular a escrita sobre a experiência no trabalho, anotando momentos marcantes, como conquistas, dificuldades ou situações que mostram a realidade vivida.

Fonte: elaboração própria

Pensar no corpo-território é falar do primeiro símbolo que temos de nós, a materialidade do ser "Eu" no mundo, meu corpo-lugar, de nossas oralidades e circularidades. Por outro lado, pensar no território-corpo, é olhar a terra como um corpo, "ampliando em muito, metaforicamente, a concepção comumente difundida de corporeidade (HAESBAERT, 2020, p. 82). Falar de "nós", do "ser-estar", dos recursos naturais, da cadeia de atravessamentos, das nossas lutas, do lugar que nascemos, buscando o (re)fazer comunidade e recuperar memórias.

Trouxemos para o primeiro plano o racismo ambiental e seus impactos diretos para quem trabalha, causando rupturas com a lógica colonial e colonizadora. Os impactos de nascer em territórios marcados pela poluição, pressão demográfica sobre o meio ambiente, ocupação desorganizada, grandes desigualdades sociais, segregação e falta de oportunidades.

São necessárias rupturas com a lógica assistencialista. Se a máquina capitalista se possibilitou pela escravidão, é na necropolítica e na exploração de muitos para o privilégio de poucos que observamos profissionais de saúde considerando "normal", ou mal necessário, o lucro sobre a vida, reabilitar para ser produtivo ou a degradação da natureza em nome da modernização. São experiências e corporalidades de trabalhadores negros colidindo, ativa e dinamicamente, nas estruturas opressoras modernas (AKOTIRENE, 2019).

Novos espaços de significação requerem compreender a cultura imaterial decorrente da vivência desses grupos e caminhos para a reflexão crítica racializada sobre os processos de saúde e trabalho na contemporaneidade. Possibilidades para formar profissionais capazes de serem agentes transformadores e potencializadores de mudança, contribuindo com a formulação, implementação e defesa das políticas públicas (COCKELL *et al.*, 2021a; COCKELL *et al.*, 2021b).

A ideia de sujeito neutro foi questionada por nós. A proposta é mostrar que a lente utilizada pela branquitude, que observa os outros através de uma lente que não se volta para si mesmo (FRANKENBERG, 2020), só começa a ser questionada quando os pressupostos que moldam o olhar considerado moderno são expostos. É central reconhecer as estruturas de poder que definem o que vemos ou deixamos de ver, 'desembaçando nossas lentes' ou inserindo 'novos filtros'. A mudança não pode ser apenas teórica, carece impactar em práticas concretas no ensino, no

cuidado em saúde, na pesquisa, na extensão e nas relações cotidianas, pois devido às opressões concretas, o racismo é o principal determinante social em saúde para a população negra (SANTANA *et al.*, 2019).

Se antes, apenas negros e indígenas eram racializados, relegando ao fenótipo branco atribuições morais, intelectuais e estéticas atreladas à civilidade e humanidade, os encontros vêm permitindo a construção de uma identidade negra positiva, respondendo às necessidades emergentes e reemergentes que as ações afirmativas começaram a mobilizar. Não foi um processo planejado, foi uma urgência diante do perfil discente que acessa a universidade pública e luta por mudanças. Trazer a EREER para fisioterapia e ciências sociais colabora com a formação de profissionais que não naturalizariam corpos que produzem e reproduzem, como peças descartáveis para o modelo “capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio” (HAESBAERT, 2020, p. 76). Um estudo recente aponta que coordenadores seguem desconhecendo a EREER ou discordam em relação à sua necessidade na saúde (SANTANA *et al.*, 2019, p. 1).

Não podemos mais apagar que no Brasil o trabalho informal tem cor e que trabalhadores são ainda escravizados na atualidade. Corpos exauridos não são exceção e sim um projeto de sociedade cada vez mais consumidora, doente e desigual. Como profissionais precisamos ser capazes de identificar as barreiras dos territórios inscritas em corpos, marcadas nas peles e nos espaços geográficos, refletidas e produzidas massivamente nas violências ambientais sofridas. Desigualdades cravadas em corpos ao nascerem, objetos do colonialismo/capitalismo, peças descartáveis quando envelhecidas ou discriminadas diante de alguma deficiência (capacitismo). Mortes por exaustão, rigidez articulares de corpos que jamais souberam o que é repousar, pulmões inflamados pela poluição atmosférica, articulações desgastadas para manter a potência de algumas nações, entre inúmeras doenças causadas pelo meio.

Além de olhar para as inscrições históricas nas corporeidades dos trabalhadores negros, foi possível compreender as formas de resistência e os sentidos de bem viver (ACOSTA, 2019). Os discentes precisaram abandonar certezas, reconhecer o que foi imposto como único e reconstruir o olhar a partir de novas referências. Caso contrário, olharíamos apenas para os aspectos degradantes e não conheceríamos formas únicas de experimentar a vida em sua

“potência de invenção e resistência” através da arte, das expressões do corpo e do coletivo (SANDER, 2009, p. 405). Foi potente compartilhar as cosmopercepções afropindorâmicas, subvertendo a lógica acadêmica.

Um dos caminhos possíveis para promover um ensino-aprendizagem mais significativo é não perpetuar desigualdades estruturais no ensino. Até o momento, nenhuma das docentes teve a oportunidade de lecionar para alunos indígenas ou quilombolas. Recentemente, por conta da aproximação da temática em outras turmas de licenciatura, a proposta corpo-território também passou a ser utilizada pelos estagiários no ensino médio como uma das possibilidades de vivências. Demonstra a importância da representatividade negra na academia, rompendo com os ciclos de epistemicídio de saberes também na formação de professores, evitando o perigo de repetir uma história única (ADICHIE, 2019).

Vem sendo possível construir com os licenciandos uma prática antirracista. Em outros dois módulos da licenciatura, não apresentados no quadro 2 por não serem em ST, nos permite pensar como a EREER deve ser parte do PPC do curso e ser efetivamente inserida em cada módulo. Não apenas um conteúdo transversal a parte, que apenas discentes interessados, a maioria negra, matricule. Buscar intencionalmente a EREER e diversidade de contextos sociais e pedagógicos permite deslocá-los do ‘lugar comum’ da docência da Sociologia, rompendo com o modelo de aulas expositivas no ensino médio e, principalmente, permitindo a “mobilização dos saberes construídos pelos povos não hegemônicos” e uma maior aproximação da “realidade racial na escola e na sociedade como um todo” (DINIZ, 2023, p. 74). Há uma preocupação latente que as metodologias possam ser aplicadas descontextualizadas de suas bases filosóficas e epistêmicas, pois para muitos é apenas uma ferramenta, que podem levar como técnica para sala de aula no ensino médio.

As aproximações dos discentes das teorias e análises decoloniais (GROSFOGUEL, 2016), bem como dos sentidos de corpo-território/território-corpo e das metodologias não-extrativistas contribuem na compreensão do trabalho para além do debate de classe social. O melhor entendimento sobre os atravessamentos em corpos marcados pelo racismo, o ‘lugar subalterno’ que a academia insiste em nos colocar, marcado pela “noção objetificada e racializada de corpo” (BARBOSA; OLIVEIRA; CORRÊA, 2023, p. 2470).

Os módulos de ST ofertados permitiram, portanto, tensionar a persistência da “colonialidade do poder” nos cursos de graduação (QUIJANO, 2020), do “saber” (LANDER, 2005) e do ser. Debates sobre a vivência histórica da “colonialidade do ser”, impactando na forma como os sujeitos têm um senso de si e do mundo (GROSFOGUEL, 2016). Pensamos e planejamos como não reproduzir nos planos de aula graus profundos da colonialidade do saber (modelo eurocêntrico e domínio de autores brancos); poder (racismo estrutural nas escolas, ausência de representatividade política); e ser (estética e representatividade negativa). Nas disciplinas da licenciatura, formamos professores que consigam planejar suas aulas e recursos a partir da proposta.

Acreditamos que por sermos pretas na academia, representatividades vivas, nosso olhar singular para os sujeitos e para os territórios em suas confluências vieram das nossas vivências anteriores, de como as mais velhas e nosso encontro na pós-graduação construíram nossas cosmopercepções de mundo. Sabemos que fomos colonizadas, que a academia segue tentando nos “colocar no lugar”. Contudo, segundo Nêgo Bispo, um dos movimentos mais importantes para ser uma pessoa contra-colonialista é sair da teoria e priorizar a trajetória. Por isso, tentamos trazer nossas trajetórias na ST, “um início, um meio e um início”. Não sabemos para onde estamos indo, mas sabemos que estamos no nosso caminho.

7. Considerações Finais

O artigo abordou estratégias didático-pedagógicas e de aprendizagem para evitar as múltiplas formas de opressão na academia, ‘sutilezas’ reproduzidas em nome da ciência ou da manutenção dos privilégios. Construir no ensino compreensões duradouras sobre raça e colonialismo, integrando conhecimento prático e experiencial dos trabalhadores negros às teorias sobre trabalho.

Os recursos empregados em ST podem ser ampliados para outras áreas, assim como a intencionalidade pedagógica de trazer contribuições dos autores contracoloniais e decoloniais e de práticas dialógicas de ensino que valorizem nossa cultura local, valores e práticas tradicionais e identidade afropindorâmica.

Os resultados apresentados demonstram o papel social da universidade, aproximando discentes e docentes dos territórios e realizando ações extramuros,

que respondam a demandas atuais dos trabalhadores/coletivos. Como estudos futuros, sugerimos o acompanhamento longitudinal dos egressos para analisar os impactos da ERER na profissão.

8. Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. 2º Ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo**. *Caderno CRH*, v. 27, p. 613-627, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>

AUGUSTO, Diego Menezes; FEITOSA, Maria Zelfa de Souza; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **A utilização dos mapas afetivos como possibilidade de leitura do território no CRAS**. *Estudos Internacionais em Psicologia*, v. 7, n1, 145-148, 2016. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22935>

BARBOSA, Ana Cláudia; OLIVEIRA, Roberta Gondim de; CORRÊA, Roseane Maria. **Cuidado em Saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 2469-2477, 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.639, 09 de janeiro de 2003. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

COCKELL, Fernanda Flávia; DI BARTOLO, Denise da Costa; ROTTMANN, Bernardo de Almeida; OSTOLIN, Thatiane Lopes Valentim Di Paschoale. **Abordagem biopsicossocial e valorização do saber tácito na construção da saúde do trabalhador informal**. In: PINTO, Juliana Martins; WALSH, Isabel Aparecida Porcatti de; COELHO, Vitória Helena Maciel (org.). *Fisioterapia, família, comunidade e políticas de saúde: experiências, desafios e perspectivas*. 1. ed. Curitiba: Bagai, 2021a, p. 26-40. <https://editorabagai.com.br/product/7769/>

COCKELL, Fernanda Flávia; ALVES, Aline Bernardes; MORAIS, Kesia Damascena Winter de; OSTOLIN, Thatiane Lopes Valentim Di Paschoale. **Cuidado integral a puérperas a partir das ações do projeto de extensão "Abraça seu mundo"**. PINTO, Juliana Martins; WALSH, Isabel Aparecida Porcatti de; COELHO, Vitória Helena Maciel (org.). *Fisioterapia, família, comunidade e políticas de saúde: experiências, desafios e perspectivas*. Curitiba: Bagai, 2021b, v. 1, p. 67-85. <https://editorabagai.com.br/product/7769/>

DA SILVA, Denise Ferreira. **Homo modernus: Para uma ideia global de raça**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

DE LIMA, Prince Vangeris Silva Fernandes; DE OLIVEIRA, Kamila Alaman; DOS SANTOS, Dayane Luizy Ribeiro. **Aspectos gerais da saúde dos escravos no Brasil: revisão de literatura**. *Revista Eletrônica Gestão e Saúde*, n. 1, p. 471-489, 2016. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5555882>

DE SOUZA OLIVEIRA, Elizabeth; LUCINI, Marizete. **O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência**. *Boletim Historiar*, v. 8, n. 01, 2021.

DINIZ, Carolina Nunes. **A Educação das Relações Étnico-Raciais e a Sociologia Escolar no Novo Ensino Médio: reflexões a partir da pesquisa-ação**. 2023. 83p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

DORNELES, Dandara Rodrigues. **Palavras germinantes: entrevista com Nêgo Bispo**. *Identidade*, v. 26, n. 1 e 2, p. 14-26, 2021.

DOS SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2019.

DOS SANTOS, Antônio Bispo. **Terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu editora, 2023.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2017.

FRANKENBERG, Ruth. **The mirage of an unmarked whiteness**. In: SEIDMAN, Steven; ALEXANDER, Jeffrey C. (orgs.). *The new social theory reader*. Routledge, 2020, p. 416-421.

GASTALDO, Denise; MAGALHÃES, Lilian; CARRASCO, Christiane; DAVY, Charity. **Body-map storytelling as research: methodological considerations for telling the stories of undocumented workers through body mapping**. 2012 <https://www.migrationhealth.ca/undocumented-workers-ontario/body-mapping>

GOMEZ, Carlos Minayo; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. **Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 1963-1970, 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04922018>

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 25-49, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>

HAESBAERT, Rogério. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais.** *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, p. 76-77, 2020.

HENNINGTON, Élida Azevedo; SANTOS, Gideon Borges dos; PASCHE, Dário Frederico. **Dez anos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e os desafios da formação para (trans) formação do trabalho.** *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 49, p. e4, 2024. <https://doi.org/10.1590/2317-6369/21622pt2024v49e4>

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 2, 2013.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. CLACSO, 2005.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Tradução de Renata Santini. 3º Ed. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. **On decoloniality: Concepts, analytics, praxis.** Durham: Duke University Press, 2018.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. **A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas.** *Cadernos de Saúde Pública*, v. 13, p. S21-S32, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1997000600003>

MIRANDA, Eduardo. **O Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência.** Bahia: Edufba, 2020.

MOREIRA, Ana Luísa Coelho; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. **Corpos em evidência: contribuição do mapa corporal narrado em pesquisas com populações vulnerabilizadas.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 36, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe13>

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil.** *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016. <https://doi.org/10.1590/S2178-14942016000300003>

PERTICARRARI, Daniel. **Foi com o trabalho que me tornei homem: trabalho, gênero e geração.** Tese de doutorado, 2007. 165p. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2007.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Editora Nós, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad-descolonialidad del poder.** 2020.

SABA, Ana Gabriela. **Mapas afetivos no caminho decolonial da educação patrimonial no rolé na penha.** *Sillogés*, v. 5, n. 1, 2022.

SANDER, Jardel. **Corporeidades contemporâneas: do corpo-imagem ao corpo-devir.** *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21, p. 387-407, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922009000200013>.

SANTANA, Rebecca Alethéia Ribeiro; AKEMAN, Marco; FAUSTINO, Deivison Mendes; SPIASSI, Ana Lucia; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. **A equidade racial e a educação das relações étnico-raciais nos cursos de Saúde.** *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, p. e170039, 2019. <https://doi.org/10.1590/Interface.170039>

SANTOS, Sérgio Coutinho dos; KABENGELE, Daniela do Carmo; MONTEIRO, Lorena Madruga. **Necropolítica e crítica interseccional ao capacitismo: um estudo comparativo da convenção dos direitos das pessoas com deficiência e do estatuto das pessoas com deficiência.** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 81, p. 158-170, 2022. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i81p158-170>

SILVA, Márcia Alves da. **Pensamento decolonial feminista do Sul: uma experiência de educação popular a partir de narrativas de mulheres camponesas.** *Eccos Revista Científica*, n. 54, 2020. <https://doi.org/10.5585/eccos.n54.17322>

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. **"Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social.** *Revista Psicologia Política*, v. 17, n. 39, p. 203-219, 2017. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002

XAKRIABÁ, Cèlia. **O barro, o jenipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria xakriabá: reativação de memória por uma educação territorializada.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais). Brasília, UnB-MESPT. 2018.